

ANO 2016

PROCESSO Nº



Câmara Municipal de Bebedouro

SECRETARIA

ESPÉCIE Projeto de Lei nº 103/2016

OBJETO Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de

R\$ 961.000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais), que especifica.

Apresentado em sessão do dia 28/11/2016

Autoria Poder Executivo

Encaminhamento às Comissões de

Prazo final

Aprovado em 28/11/2016

Rejeitado em / /

Autógrafo de Lei nº 5129/2016

Lei nº 5171 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

DIÁRIO OFICIAL



MUNICIPIO DE BEBEDOURO

<http://sp.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/bebedouro/>



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

LEI N. 5171 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 961.000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais), que especifica.

O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada no IMESBVC - Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi -, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 961.000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais), para suplementação de verbas do orçamento vigente.

Art. 2º Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, serão utilizadas as seguintes dotações:

13.01.00.3.1.90.11.00.12.364.2005.2068	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal	R\$ 901.000,00
13.01.00.3.3.90.30.00.12.364.2005.2068	Material de Consumo	R\$ 40.000,00
13.01.00.3.3.90.39.00.12.364.2005-2068	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R\$ 20.000,00
Total Geral		R\$ 961.000,00

Art. 3º O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessárias.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 29 de novembro de 2016

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 29 de novembro de 2016

Ivanira A de Souza
Secretaria

[Deus Seja Louvado]



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

OEC/539/2016 - je

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 29 de novembro de 2016.

Excelentíssimo Senhor,

Informo-lhe que na 36ª sessão ordinária, realizada ontem, foram aprovados os Projetos de Lei n. 103, 104 e 105/2016, todos de autoria do Poder Executivo.

Para prosseguimento do processo legislativo, encaminho-lhe em anexo os Autógrafos de Lei n. 5124, 5125 e 5126/2016.

Atenciosamente,


José Roberto De Rosis Mazeu
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Fernando Galvão Moura
PREFEITO MUNICIPAL
BEBEDOURO - SP

*Recebi
02/12/16
Moura*



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

AUTÓGRAFO DE LEI N. 5124/2016

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 961.000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais), que especifica.

De autoria do Poder Executivo

A **MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO/ESTADO DE SÃO PAULO**, usando de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada no IMESBVC - Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi -, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 961.000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais), para suplementação de verbas do orçamento vigente.

Art. 2º Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, serão utilizadas as seguintes dotações:

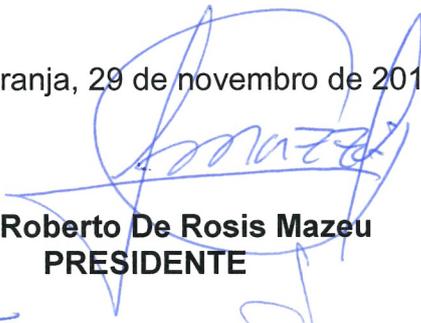
13.01.00.3.1.90.11.00.12.364.2005.2068	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal	R\$ 901.000,00
13.01.00.3.3.90.30.00.12.364.2005.2068	Material de Consumo	R\$ 40.000,00
13.01.00.3.3.90.39.00.12.364.2005-2068	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R\$ 20.000,00
Total Geral		R\$ 961.000,00

Art. 3º O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessárias.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 29 de novembro de 2016.


José Roberto De Rosis Mazeu
PRESIDENTE


Nasser José Delgado Abdallah
1º SECRETÁRIO


Luiz Carlos de Freitas
2º SECRETÁRIO

“Deus Seja Louvado”

10



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 103/2016: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$961.000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais) que especifica.

PARECER DA COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS

1 – Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS (vide art. 78 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe.

Após analisada a propositura referida na epígrafe, parece-nos inexistirem motivos que possam obstar sua tramitação legislativa. Portanto, votamos pela REGULARIDADE da propositura.

Esse é nosso parecer s.m.j.

Bebedouro (SP), capital nacional da laranja, 28 de novembro de 2016.

Tiago Bosco de S. Elias
RELATOR

Sebastiana Maria R. Tavares
PRESIDENTE

Paulo Henrique I. Pereira
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 103/2016: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$961.000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais) que especifica.

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

1 – Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (vide art. 77 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe.

Após analisada a propositura referida na epígrafe, parece-nos inexistirem motivos que possam obstar sua tramitação legislativa. Portanto, votamos pela REGULARIDADE da propositura.

Esse é nosso parecer s.m.j.

Bebedouro (SP), capital nacional da laranja, 28 de novembro de 2016.


Nasser José Delgado Abdallah
RELATOR


Angelo Rafael Latorre Daolio
PRESIDENTE


Luiz Carlos de Freitas
MEMBRO



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 103/2016: Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$961.000,00 (novecentos e sessenta e um mil reais) que especifica.

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Diante das atribuições pertinentes a COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (vide art. 76 da Resolução 64, de 09 de dezembro de 2002 - RICMB) passamos a emitir nosso parecer PROJETO DE LEI em epígrafe, o qual dispõe sobre a abertura de **crédito adicional suplementar** referido na epígrafe.

Assim, antes de qualquer coisa, entendemos fundamental esclarecer que **créditos adicionais** são as **autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual**. É o que consta do art. 40, da Lei Federal nº 4.320/64.

Nesse sentido, é certo que os créditos adicionais se classificam em **suplementares, especiais e extraordinários**. Os **suplementares** destinam-se ao reforço de dotação orçamentária, ao passo que os **especiais** se destinam a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e, finalmente, os **extraordinários** destinam-se a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, tudo conforme consta do art. 41, da lei federal acima referida.

Isto posto, passo ao parecer.

EXAME DO REPERTÓRIO LEGAL

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Na espécie que o parecer focaliza, é claro o artigo 30, inciso I, no que concerne a competência do município em legislar sobre assuntos de interesse local. Assim, nota-se claramente a competência municipal para legislar acerca da matéria trazida a baila pelo presente PROJETO DE LEI, dado que a abertura de crédito adicional no orçamento municipal se insere, inegavelmente, dentre os assuntos de interesse local. Ademais, a CF/88 prevê mais especificamente em seu artigo 167, inciso V, que poderão ser abertos créditos adicionais condicionados à prévia autorização legislativa.

Portanto, o que o Poder Executivo busca nesse momento, através de LEI, é apenas a **AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA**.

DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO

O artigo 58, inciso IV, da LOMB versa acerca de algumas matérias reservadas à competência exclusiva do Prefeito Municipal, dentre as quais estão as matérias orçamentárias, bem como as autorizações para abertura de créditos adicionais, que se envolvem intimamente com o orçamento municipal:

ART. 58 – *Compete exclusivamente ao Prefeito Municipal a iniciativa do Projeto de Lei que disponha sobre:*

“Deus seja louvado”

07



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

*IV - **matéria orçamentária** e a que autorize a abertura de créditos adicionais ou conceda auxílios, prêmios ou subvenções;*

Neste aspecto, portanto, inegável que a INICIATIVA do presente PROJETO DE LEI partiu justamente de quem tinha competência para fazê-lo. Assim, não há que se falar em vício de iniciativa quanto à matéria proposta.

DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64

Cuidou o autor do projeto de observar o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, na medida em que ele esclarece que, por ocasião da abertura do crédito, que se dará por decreto executivo (vide art. 3º do projeto), é que será indicada a disponibilidade de recursos para cobrir o crédito adicional em questão.

Nesse sentido, a questão comporta alguns esclarecimentos. Pois, verifica-se do artigo 42, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que:

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

donde temos, que a “**autorização por lei**” e a “**abertura por decreto**” são dois atos distintos, cabendo-nos, por ora, abordarmos tão somente a questão da autorização legislativa.

Assim, muito embora possam surgir algumas dúvidas acerca da indicação dos recursos disponíveis para ocorrer às despesas especificadas no art. 1º, temos como certo que tal indicação somente será necessária, por ocasião da efetiva ABERTURA DO CRÉDITO cuja autorização ora se busca. Vai nesse sentido, não só o artigo 167, inciso V, da CF, como também o artigo 43, da Lei 4.320/64, dispositivos estes que rezam com clareza o seguinte:

Art. 167. São vedados:

*V - a **abertura de crédito** suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;*

*Art. 43. A **abertura dos créditos** suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.*

de modo que, por ocasião da edição do Decreto (vide art. 42, da Lei Federal nº 4.320/64), indispensável será a INDICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS em atendimento aos artigos acima mencionados, bem como indispensável será a indicação da importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível, conforme determina o artigo 46, da Lei 4.320/64.

Portanto, muito embora fique o Poder Executivo autorizado desde já à abertura do crédito adicional, tal abertura somente ocorrerá efetivamente com a edição do decreto executivo no qual deverá conter obrigatoriamente a indicação da disponibilidade de recursos.

A respeito do tema, Hely Lopes Meirelles (vide Direito Municipal Brasileiro, 14ª edição, Malheiros Editores, pág. 743) ensina:

“Deus seja louvado”

06



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

Os **créditos suplementares** são os que se destinam a reforço das dotações orçamentárias das despesas. São normalmente autorizados por lei especial e abertos por decreto do Executivo. Mas a lei orçamentária também pode fazê-lo, consoante o permite a constituição da República (art. 165, §8º). (...)

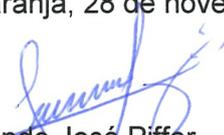
Os **créditos especiais** destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. São autorizados pela Câmara e abertos por decreto do Executivo. Esses créditos só se justificam quando as despesas imprevistas a que visam ocorrer, surgidas posteriormente à elaboração do orçamento, não encontrem cobertura nos recursos da *reserva de contingência*. De outra parte, é através da utilização de *créditos especiais* que se tornam disponíveis os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de LOA, ficarem sem despesas correspondentes (CF, art. 166, §8º).

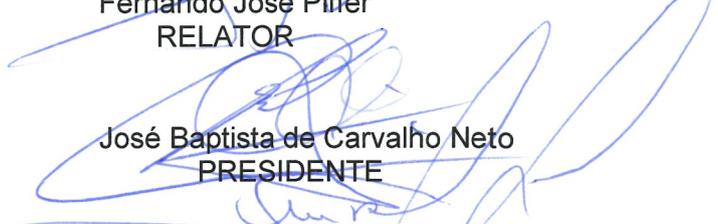
Tanto a abertura de créditos suplementares como a de especiais dependem da existência de *recursos disponíveis* para a despesa e serão precedidas de exposição justificativa. Tais recursos provirão do **superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; do **excesso de arrecadação**; da **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais** autorizados e não utilizados; ou do **produto de operações autorizadas**, em forma que juridicamente possibilite ao Poder executivo realizá-la. A Lei 4.320, de 1964, nos §§2º e 3º, do art. 43, diz o que se deve entender por **superávit** e **excesso de arrecadação**.

Diante do exposto, não encontramos qualquer vício de competência ou legalidade que macule a inciativa contida no PROJETO DE LEI em foco, mormente porque já consta na própria LOA – Lei Orçamentária Anual nº 5.070/15, no art. 6º, inciso I, autorização legislativa para que o Poder Executivo suplemente até 15% do total das despesas fixadas no art. 4º que é de R\$241.892.000,00. Nesse sentido, uma vez atendidos os dispositivos de lei acima mencionados, não encontramos óbice à aprovação do presente PROJETO DE LEI.

É nosso parecer, s.m.j.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 28 de novembro de 2016.


Fernando José Piffer
RELATOR


José Baptista de Carvalho Neto
PRESIDENTE


Sebastiana Maria Ribeiro Tavares
MEMBRO

“Deus seja louvado”

05



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

Bebedouro Capital Nacional da Laranja, 18 de novembro de 2016.
OEP/438/2016/is

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Egrégia Câmara, **em regime de urgência**, o Projeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 961.000,00 (Novecentos e sessenta e um mil reais), que especifica.

O crédito em questão refere-se exclusivamente a despesas do IMESB - Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Victório Cardassi", com pessoal (Folha de Pagamento dos meses de novembro e dezembro e Décimo terceiro), aquisição de materiais de consumo e pagamento de despesas fixas, conforme documento anexo.

Cordialmente.

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

Nº de Protocolo
32625/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

Data: 22/11/2016 Hora: 15:29

Espécie: Projeto de Lei Nº 103/2016

Autoria: Fernando Galvão Moura

Assunto: Dispõe sobre abertura de crédito suplementar

A Sua Excelência o Senhor
José Roberto De Rosis Mazeu
Presidente da Câmara Municipal de Bebedouro
Bebedouro-SP.

CIENTE EM 23/11/16

Mazeu
PRESIDENTE

"Deus Seja Louvado"

04



Prefeitura Municipal de Bebedouro

Praça José Stamato Sobrinho - nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta
BEBEDOURO - Estado de São Paulo
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

APROVADO P/ UNANIMIDADE

PROJETO DE LEI Nº 103 /2016.

EM 28 / 11 / 16

José Roberto De Rosis Mazeu
Presidente

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 961.000,00 (Novecentos e sessenta e um mil reais), que especifica.

O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no IMESBVC - Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro "Victório Cardassi", nos termos da legislação em vigor a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 961.000,00 (Novecentos e sessenta e um mil reais), para suplementação das seguintes verbas do orçamento vigente.

Art. 2º - Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º serão utilizadas as seguintes dotações:

13.01.00.3.1.90.11.00.12.364.2005.2068	Vencimentos e vantagens fixas-pessoal	R\$ 901.000,00
13.01.00.3.3.90.30.00.12.364.2005.2068	Material de Consumo	R\$ 40.000,00
13.01.00.3.3.90.39.00.12.364.2005-2068	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	R\$ 20.000,00
TOTAL GERAL		R\$ 961.000,00

Art. 3º - O valor do presente crédito será aberto por Decreto do Executivo, nos termos do Artigo 43 da Lei Federal 4320/64.

Art. 4º- As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessárias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 18 de novembro de 2016.

Fernando Galvão Moura
Prefeito Municipal

Nº de Protocolo
32625/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

Data: 22/11/2016 Hora: 15:29

Espécie: Projeto de Lei Nº 103/2016

Autoria: Fernando Galvão Moura

Assunto: Dispõe sobre abertura de crédito suplementar

"Deus Seja Louvado"



Prefeitura Municipal de Bebedouro.
MPA - Módulo de Protocolo e Arquivo
Requerimento
Processo E - 12726 / 2016
Prefeito Municipal Exmo. Sr.


16/11/2016

Processo : E - 12726 / 2016
Data/Hora : 16/11/2016 - 13:28:27
Assunto : **OFÍCIO**
Departamento : Protocolo
Endereço Ação :
Requerente : **INST.MUNICIPAL DE ENSINO DE BEBEDOURO**
Endereço : R. Nelson Domingos Madeira, 00300 - Pq.res.eidorado - 14706-124 -
Bebedouro - Sp
DDD - Telefone : (17)3345-9366
E-mail :
C.N.P.J / C.P.F : 57.725.681/0001-72
Inscrição / R.G. :

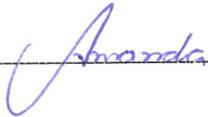
vem, mui respeitosamente, requerer a V. Exa. se digne :

OFÍCIO Nº 311/2016
ASSUNTO: SUPLEMENTAÇÃO
A/C SR. FERNANDO GALVÃO MOURA
C/C DEP. FINANCEIRO

Nestes termos
p. deferimento
Bebedouro, 16 de Novembro de 2016.

Amanda Souza do Amaral
Responsável atual pelo Processo

O Requerente





Bebedouro, 16 de novembro de 2016.

Ofício nº 311/2016

Assunto: Suplementação

Prezado Senhor

Vimos, através do presente, solicitar a abertura de um crédito no valor de R\$ 961.000,00 (Novecentos e sessenta e um mil reais) para suplementação das seguintes verbas do orçamento vigente:

13.01.00.3.1.90.11.00.12.364.2005-2068	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal	R\$ 901.000,00
13.01.00.3.3.90.30.00.12.364.2005-2068	Material de consumo	R\$ 40.000,00
13.01.00.3.3.90.39.00.12.364.2005-2068	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	R\$ 20.000,00
	TOTAL	R\$ 961.000,00

A presente suplementação destina-se ao pagamento das Folhas de Pagamento ref. aos meses de novembro, dezembro/2016 e 13º salário e também à aquisição de materiais de consumo e pagamento de despesas fixas.

FONTE DE RECURSOS:

Certa da atenção, meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente


Prof.^a Damaris Cunha de Godoy
RG nº 25.711.722-2
Diretora do IMESB "Victório Cardassi"

Exmo. Sr.
Fernando Galvão Moura
DD. Prefeito Municipal de Bebedouro SP.